

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 841.655 - AM (2016/0008930-1)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADOR : RICARDO ANTONIO REZENDE DE JESUS E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo fundado no CPC/73, interposto pela **Fazenda Nacional**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fls. 375/376):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DECADÊNCIA DE PARTE DO PEDIDO. CARGOS TEMPORÁRIOS. VINCULAÇÃO A REGIME PRÓPRIO ESTADUAL. RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO PARA O REGIME DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA EC 20/98.

- Verifica-se que as competências em litígio são de janeiro de 1988 a dezembro de 1994.

*- **DECADÊNCIA:***

- Sob a égide da Constituição de 1964, com a reforma de 1969, eram as contribuições previdenciárias consideradas tributos, e, como tais, sujeitavam-se às normas traçadas pelo Código Tributário Nacional, inclusive quanto à extinção pela decadência ou prescrição (05 anos, artigos 173 e 174). Com a Emenda Constitucional n.º 08/77, consoante pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, deixaram a natureza tributária e passaram a ser regidas por leis próprias, sendo que o prazo prescricional, fixado pela Lei n.º 3.807/60, no artigo 144, era trintenário. A partir do advento da Constituição de 1988, voltaram a integrar a categoria dos tributos, porém, lei ordinária, a Lei n.º 8.212/91 (artigos 45 e 46), estipulou em 10 anos o prazo para sua constituição definitiva e também para sua cobrança. Posteriormente, foi editada a Súmula Vinculante n.º 8 do STF, dispondo que são inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei n.º 8.212/91, que tratam da prescrição e decadência de crédito tributário. Com isso, o prazo decadencial voltou a ser o de 5 anos.

- Com relação à última mudança narrada, na prática, a redução do prazo de prescrição, ou mais tecnicamente, da decadência,

de 10 para 5 anos, estabelecido em função da natureza jurídica da contribuição previdenciária que foi dada pela Constituição de 1988 - elencando-a, friso, como tributo -, segundo jurisprudência do STF (entendimento esposado na Súmula 445), aplica-se a partir da entrada em vigor da Constituição, sem considerar o lapso de tempo decorrido sob a égide da lei revogada.

-No julgamento do RESP 200502124762, cujo

Relator foi o Ministro Gilson Dipp, da 5ª Turma, publicado no DJ de 11/09/2006, página 342, o Superior Tribunal de Justiça deixou assentado o prazo quinquenal para decadência e prescrição para as contribuições previdenciárias antes e depois da EC 8 de 1977, passando a ser trintenário com a Lei 6.830/80.

- “(...) o Superior Tribunal de Justiça já consolidou o posicionamento no sentido de que o prazo para a constituição do crédito tributário é de cinco anos a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, a teor do artigo 173, I do Código Tributário Nacional. (...). XII - Ademais, é relevante acrescentar que esta Corte já decidiu que, mesmo após a vigência da EC 8, de 14/04/1977 até o advento da Lei 6.830, de 24/12/1980, foi mantido o prazo decadencial de cinco anos para exigir o pagamento de contribuições previdenciárias com fato gerador ocorrido neste interregno. XIII - A explicação deriva da adoção do princípio da continuidade das leis, porque somente com a Lei 6.830/80 voltou a ser trintenário o prazo prescricional, nos termos de seu artigo 2º, § 9º, não tendo havido alteração no lapso decadencial que, antes ou depois da EC 08/77, sempre foi de cinco anos (...)” (IDEM).

- Como registrado acima, trata-se de contribuições do período de janeiro de 1988 a dezembro de 1994, cujo lançamento foi efetuado em 17/03/95. Portanto, na esteira do entendimento jurisprudencial transcrito, ora adotado, persiste o direito de constituição somente dos períodos posteriores a 01/1990, já que a contagem do prazo decadencial inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Configurou-se a decadência dos períodos de 01/88 a 12/89.

*- **MÉRITO PROPRIAMENTE DITO:** “Até a promulgação da EC nº 20/98, o servidor ocupante de emprego público podia estar ligado, alternativamente, a sistema próprio de previdência social ou a regime geral. A partir desta emenda constitucional, passou a ser, obrigatoriamente, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social. “*

(TRF4, 1ª Turma, AMS 199971000155019, ReI. Juiz Amir José Finocchiaro Sarti, DJU 17/01/2001, pág. 61).

- “2. Por força do artigo 13, da Lei 8.212/1991, o servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do

Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), desde que amparados por regime próprio de previdência. Por outro lado, com o advento da Emenda Constitucional nº 20/98, foi acrescido o § 13, ao artigo 40, da CF/88, que impôs ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão (declarado em lei de livre nomeação e exoneração), bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, a vinculação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). (...)“4. Na hipótese dos presentes autos, os servidores temporários, empregados públicos e ocupantes de cargo em comissão já eram vinculados e recolhiam contribuição a regime previdenciário próprio do Município, antes da Emenda Constitucional nº 20/98. Logo, tem-se por ilegítima a exação cobrada até então, nos termos do § 13, artigo 40, da CF/88 (acrescido pela EC nº 20/98), c/c o art. 1º e incisos da Lei n. 9.717/98 e respectivos instrumentos normativos de caráter regulamentar. 5. Precedentes desta Corte Regional: AMS 1999.38.03.004219-2/MG, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Sétima Turma, e-DJF1 p.387 de 09/10/2009; AMS 0031780-02.2005.4.01.3400/DF, Rel. Desembargador Federal Catão Alves, Sétima Turma, e-DJF1 p.156 de 05/11/2010; AC 0014839-06.2007.4.01.3400/DF, Rel. Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, Sétima Turma, e-DJF1 p.675 de 30/09/2011.” (AC 199738000597985

- Relator(a) Juiz Federal Fausto Mendanha Gonzaga - TRF1 - 6ª Turma Suplementar - e-DJF1 de 21/03/2012, página 43.)

- O art. 13 da Lei nº 8.212/91, com fundamento na redação original do § 2º do art. 40 da CF/88, conceituou que regime próprio de previdência é aquele que assegura, no mínimo, os benefícios de aposentadoria e pensão previstos no art. 40 da Constituição Federal.

- No caso em tela, restaram cumpridos os requisitos concernentes ao regime próprio, no período posterior à Lei estadual 1.762, de 14 de novembro de 1986, ou seja, de 01/1990 a 12/1994.

- É que, ao tratar os servidores admitidos em caráter temporário, a Lei Estadual nº 1.674, de 10/12/1984, assim dispôs: Art. 21 – Os servidores regidos por esta Lei serão contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Amazonas – IPASEA, nas mesmas bases e condições a que estão sujeitos os funcionários civis do Estado, fazendo jus a idênticos benefícios a estes concedidos através da legislação previdenciária do Estado.

- Nessa esteira, de olho na Lei Estadual nº 1.543, de 16 de agosto de 1982, que estabelece normas sobre a previdência social estadual, vê-se que ela traz a previsão de cobertura

somente de pensão no seu art. 22, II, letra "a", porém o parágrafo único do mesmo artigo remete ao Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Amazonas, nos seguintes termos: Os servidores do IPASEA, além dos benefícios e serviços previstos nesta Lei, terão direito à aposentadoria na forma do Estatuto dos Funcionários Civis do Amazonas.

- Referido Estatuto, que é a Lei 1.762, de 14 de novembro de 1986, no seu art. 131, itens I e II e III, previa o benefício de aposentadoria compulsória, voluntária e a aposentadoria por invalidez, atendidos, portanto, os pressupostos para o regime próprio.

- Dado parcial provimento à remessa oficial, para reconhecer a decadência quinquenal quanto ao período de 01/88 a 12/89. Negado provimento à apelação do INSS, por ser considerada inexigível a cobrança de contribuições previdenciárias relativas ao período de 01/1990 a 12/1994.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 386/388).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 535, II do CPC/73. Sustenta que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal de origem remanesceu omissa acerca da aplicação dos arts. 13 e 15 da Lei 8.212/91; (II) seria devida a contribuição previdenciária pelos servidores estaduais admitidos sob o regime especial previsto na Lei Estadual 1.674/84, pois *"não estando os servidores temporários estaduais protegidos plenamente quanto aos direitos previdenciários, deve o INSS fazer-se presente para corrigir tão errônea discriminação, estendendo-lhe o direito constitucional de que são titulares todos os trabalhadores (art. 7º, XXIV, 201, V, e 202, CF/88), devendo a previdência cumprir o seu papel primordial: o de proteger o trabalhador e promover a justiça social"* (fl. 397), aplicando-se o disposto nos arts. 13 e 15 da Lei 8.212/91.

Contrarrazões e contraminuta apresentadas às fls. 411/427 e fls. 466/474, respectivamente.

É O RELATÓRIO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n.2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com*

fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, referente à não incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração paga pelo Estado do Amazonas aos trabalhadores admitidos em regime especial ante a ausência de regime próprio.

Assim, não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mérito, destaca-se da fundamentação do acórdão recorrido o seguinte trecho:

A discussão em foco mira fatos geradores atinentes ao período de 01/1990 a 12/1994 (em que não se configurou a decadência). Tais fatos geradores são anteriores à promulgação da EC nº 20/98, até quando o servidor não ocupante de cargo efetivo podia estar ligado, alternativamente, a sistema próprio de previdência social ou a regime geral.
(...)

Com efeito, o art. 13 da Lei nº 8.212/91, com fundamento na redação original do § 2º do art. 40 da CF/88, conceituou que regime próprio de previdência é aquele que assegura, no mínimo, os benefícios de aposentadoria e pensão previstos no art. 40 da Constituição Federal.

Restaram cumpridos os requisitos concernentes ao regime próprio, no período posterior à Lei 1.762, de 14/11/86. Ou seja, não eram devidas contribuições ao INSS após 14/11/86 (data da edição da mencionada lei), no caso, de 01/1990 a 12/1994. E que, ao tratar os servidores admitidos em caráter temporário, a Lei Estadual nº 1.674, de 10/12/1984, assim dispôs:

Art. 21 - Os servidores regidos por esta Lei serão contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Amazonas - IPASEA, nas mesmas bases e Condições a que estão sujeitos os funcionários civis do Estado, fazendo jus a idênticos benefícios a estes concedidos através da legislação previdenciária do Estado.

Nessa esteira, de olho na Lei Estadual nº 1.543, de 16 de agosto de 1982, que estabelece normas sobre a previdência social estadual, vê-se que ela traz a previsão de cobertura somente de pensão no seu art. 22, II, letra "a", porém o parágrafo único do mesmo artigo remete ao Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Amazonas, nos seguintes termos:

Os servidores do IPASEA, além dos benefícios e serviços previstos nesta Lei, terão direito à aposentadoria na forma do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Amazonas.

Referido Estatuto, que é a Lei 1.762, de 14 de novembro de 1986, no seu art. 131, itens I e II e III, previa o benefício de aposentadoria compulsória, voluntária e a aposentadoria por invalidez, atendidos, portanto, os pressupostos para o regime próprio.

Com esses termos, dou parcial provimento à remessa oficial e reconheço a decadência quinquenal quanto ao período de 01/88 a 12/89. Nego provimento à apelação do INSS, por ser considerada inexigível a cobrança de contribuições previdenciárias relativas ao período de 01/1990 a 12/1994.

Assim, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.

Além disso, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria, também, a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.*").

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator